



INSTABILIDADE

O risco-país, calculado pelo banco norte-americano J.P. Morgan, bateu nos 1.200 pontos, indicando que o Brasil precisa pagar uma taxa de juros cada vez mais alta para conseguir dinheiro externo

TEMA DO DIA

Cresce o temor de calote na dívida

Tina Evaristo
da equipe do Correio

Um dos termômetros da desconfiança dos investidores estrangeiros sobre a capacidade do Brasil de honrar os compromissos é o risco-país. Nos últimos dias, o indicador não pára de subir e fechou ontem a 1.200 pontos. Quem calcula o risco-país é o banco norte-americano J.P. Morgan. O cálculo do risco Brasil, por exemplo, é feito com base na diferença entre os juros pagos pelos títulos públicos brasileiros e norte-americanos. "Os papéis comparados têm características idênticas, como prazo de vencimento, por exemplo", explica Alcântara. Na operação, é considerada uma cesta de títulos mais representativos do Brasil no exterior, como os C-bonds e os Global Bonds.

Além de determinar o grau de perigo do país para os investidores estrangeiros, a nota recebida também determina a taxa de juros a ser paga pelo país e suas empresas, quando captam recursos no exterior. Quanto pior for a nota, maior será a taxa de juros.

"A nota influencia a captação de empresas privadas porque, em caso de moratória, as companhias ficam impossibilitadas de mandar dinheiro para fora do país", explica Colin.

Da mesma maneira, a nota influi na formação da taxa de juros para a remuneração dos títulos da dívida de governos e empresas. "Uma nota baixa, permite o pagamento de juros

baixos porque o risco de calote é praticamente inexistente", diz. Na leitura de ontem, o risco Brasil, segundo o J.P. Morgan, ficou em 1.200 pontos.

Isso significa que os títulos da dívida brasileira pagam juros de 12 pontos percentuais acima dos pagos pelos papéis similares norte-americanos. "O fato é: no mundo globalizado, não se pode ser mau pagador. A má fama se espalha rapidamente", conclui Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, presidente do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE).

Além do J.P. Morgan há outras três agências especializadas em avaliar a capacidade dos países em honrar suas dívidas. As agências de classificação de risco avaliam basicamente a capacidade do país de gerar riqueza e honrar seus compromissos, ou seja, pagar suas dívidas.

Quando começaram a funcionar, as classificadoras de risco observavam somente as contas de empresas, indicando, dentro de uma escala, a capacidade da companhia de pagar dívidas originadas pela emissão de papéis como notas promissórias, ações e bônus. Mas essa situação mudou depois.

Com a evolução dos mercados e dos tipos de investimento, os países passaram a emitir títulos para captar dinheiro no exterior e as agências começaram a avaliar as contas dos governos. Hoje, elas funcionam como uma espécie de empresa de auditoria de países. Analisam cada um, levando em consideração a dívida pública, o

déficit em conta corrente, a balança comercial, a relação dívida e Produto Interno Bruto (PIB), entre outros dados econômicos.

NOTA MAIS BAIXA

Com base nesse raio-x, conferem ao avaliado uma nota. "Na formação da nota entram elementos quantitativos e também qualitativos, como as diretrizes dos políticos", salienta Gustavo Alcântara, economista do Banco Prosper. A nota representa a capacidade do país de cumprir suas obrigações e honrar dívidas.

Ao rebaixar a classificação do Brasil que é B1 de "positivo" para "estável", a Agência Moody's indicou, na terça-feira, aos investidores que a situação do país está piorando. Por isso, houve alta do dólar e queda no valor dos C-bonds, os principais títulos brasileiros negociados no exterior.

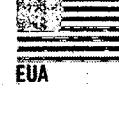
Além da Moody's, existem outras empresas de classificação de risco, como Standard & Poor's (S&P) e Fitch. Cada uma possui escala distinta para medir risco, mas os elementos que entram na análise são os mesmos. "Um BBB na Standard & Poor's, equivale a um BAA na Moody's", informa Ricardo Colin, economista do Banco Inter American Express.

Na escala da S&P (leia ao lado), o Brasil aparece abaixo do Cazaquistão, como BB-, a mesma classificação conferida a Belize, Peru, Uruguai e Jordânia. Na Moody's, o país recebe nota similar à da Bolívia, B1.

TERMÔMETRO DO RISCO

As notas de classificação de risco da agência Standard & Poor's, uma das agências internacionais de classificação de risco (rating) que avaliam a capacidade de países e empresas pagarem suas dívidas

Segurança máxima	AAA
Alta segurança e qualidade	AA+ AA AA-
Segurança média alta	A+ A A-
Segurança média baixa	BBB+ BBB BBB-
Investimento não seguro	BB+ BB BB-
Especulativo	B+ B B-
Altamente especulativo	CCC+ CCC CCC-
Risco substancial	CC+ CC CC-
Extremamente especulativo	C+
Probabilidade de calote	C



No mesmo nível do Brasil estão Belize, Peru, Uruguai e Jordânia

APOIO CONTRA ESTADOS UNIDOS

O governo brasileiro buscará o apoio do Grupo de Cairns (formado pelos 18 maiores exportadores agrícolas mundiais) para contestar na Organização Mundial do Comércio (OMC) os prejuízos que a nova lei agrícola dos Estados Unidos, a Farm Bill, trará aos países em desenvolvimento, inclusive os do Mercosul, como Brasil e Argentina. A proposta para que o Grupo de Cairns recorra unido à OMC contra as subvenções americanas (US\$ 412 bilhões na próxima década) será apresentada pelo ministro da Agricultura, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, em Roma, em reunião do grupo que começa no domingo e se estende na segunda-feira. "Vamos propor a contestação conjunta sobre uma série de produtos agrícolas", como soja, algodão, láticos, lâ, milho e trigo, disse o ministro. (Agência Estado)

Nível de insolvência



SD

Arte: Itamar Figueiredo / Fernando Lopes